

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo pode antecipar leilões.....	2
Título: Vale pode antecipar migração ao Novo Mercado	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: TCU quer dados sobre viabilidade de Angra 3	4
Título: Lucro do BNDES sobe 162% até junho.....	5
Título: Área econômica conta com receita de R\$ 25 bi para conter rombo	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: China suspende importação de carvão, ferro e pescado da Coreia do Norte	7
Título: Petrobras estuda blindar política de preços de interferências do governo	8
Título: Impasse no governo adia anúncio de revisão de meta fiscal	9
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Petrobras abre 954 vagas	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Embate no governo atrasa nova meta.....	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	15
Título: Abrace tenta barrar indenização a transmissoras	15
Título: Preço da gasolina cai 0,13% nos postos.....	16
Título: PMDB volta-se para os Bezerra Coelho	17
Título: Curtas	19
Título: Petrobras pode ficar com térmicas da Eletrobras para mitigar dívida	19
Título: Prumo, BP e Siemens serão sócios em térmica	22
Título: Light negocia alongamento de suas dívidas	23
Título: Curtas	24
Título: Vale poderá migrar ainda este ano para o Novo Mercado da B3.....	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Governo pode antecipar leilões**

Integrantes da equipe econômica têm pressionado o Ministério de Minas e Energia para antecipar para este ano leilões de desconstratação de energia elétrica previstos para 2018. Nesse tipo de certame, empreendedores que não vão conseguir terminar as obras no tempo acordado previamente nos contratos podem compensar o governo pagando bônus em troca da autorização para rescindir os contratos e escapar de multas.

Esse dinheiro entraria nos cofres do Tesouro e será usado para reforçar o caixa da União, em um momento em que o governo busca recursos para fechar as contas. Apesar dos apelos, técnicos da pasta de Minas e Energia sinalizaram que é "praticamente impossível" antecipar os leilões, segundo integrantes do governo ouvidos pelo GLOBO.

Estimativas da consultoria Thymos Energia apontam que a União pode arrecadar até R\$ 400 milhões com um leilão que está previsto para acontecer no próximo dia 28. Programar esse tipo de certame envolve a definição de projetos, consultas públicas e publicação do edital por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por isso, ainda não é possível estimar o quanto o governo arrecadaria com os leilões de 2018.

A área de energia elétrica tem se tornado foco das atenções da equipe econômica para conseguir receitas extraordinárias e aumentar a arrecadação deste ano e de 2018. Em setembro, deve ser realizado o leilão para concessão de quatro usinas operadas hoje pela Cemig, com o objetivo de arrecadar R\$ 11 bilhões. Além disso, o governo discute privatizar hidrelétricas da Eletrobras, no ano que vem, com potencial de arrecadação de até R\$30 bilhões. ()

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Vale pode antecipar migração ao Novo Mercado**

Com operação, mineradora deixará de ter um controlador definido.

A troca de ações da Vale, concluída na última sexta-feira, reduziu a fatia dos acionistas que integravam o bloco de controle da mineradora a 44% das ações ordinárias (ON, com voto). Antes da operação, eles detinham 54% dessa classe de ações. Ou seja, a Vale deixou de ter um controlador definido. O percentual poderá cair ainda mais, caso a Vale consiga convencer o restante dos donos de papéis preferenciais (PN, sem voto) a convertê-los em ordinários. Um segundo chamado para a troca está em estudo.

A conversão de ações PN por ON teve adesão de 84,4% dos investidores. Mas a Vale precisa se tornar uma companhia com 100% das ações ordinárias, para alcançar seu objetivo de ingressar no Novo Mercado, segmento de mais alto nível de governança da Bolsa, no qual o controle das empresas é pulverizado. Como a adesão à operação de troca foi acima do esperado, a companhia já avalia que poderá migrar para o Novo Mercado antes de 2020, data com que trabalhava inicialmente.

‘GOVERNO SERÁ MINORITÁRIO’

Hoje, os acionistas que controlam a Vale estão reunidos na holding Valepar. São eles BNDES, Bradesco, a japonesa Mitsui e os fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Caixa Econômica Federal) e Cesp. Antes da troca de ações, o Estado controlava a Vale direta e indiretamente por meio da fatia dos fundos de pensão de estatais e do BNDES.

Segundo o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, estava prevista a incorporação da Valepar pela Vale ontem à noite. Com o fim da holding, o acordo de acionistas vigente será encerrado e passa a vigorar um novo acordo transitório, com validade de três anos. Assim, os acionistas que integravam o bloco de controle passarão a ter ações diretamente na companhia. Como, juntos, eles continuarão a deter uma fatia maior que os demais, eles ainda deterão o controle de fato embora não de direito, influenciando as decisões da empresa.

Por um período de seis meses contados a partir de hoje, esses acionistas não poderão vender suas ações, mantendo a posição de comando. Após esse período, poderão negociá-las, alterando a configuração societária da empresa. — O governo será um acionista minoritário. Esse assunto de interferência do governo eu considero resolvido, é página virada — disse Schvartsman.

CONSELHEIROS INDEPENDENTES

O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, informou que a empresa avalia fazer nova assembleia de acionistas, exclusivamente para donos de ações preferenciais, para apreciar a proposta de uma nova troca de papéis preferenciais por ordinários. Caso aprovada, a conversão se tornaria mandatória para todos.

Siani disse que a assembleia para preferencialistas é uma das hipóteses que vêm sendo estudadas pela empresa. Ele descartou o uso de recursos da Vale para realizar recompra de ações.

— Temos a opção de fazer nova operação de conversão voluntária, uma mandatária ou não fazer nada. Não me parece que não fazer nada seja o que querem os acionistas. Em análise preliminar, tivemos adesão de 100% na prática. Quem não aderiu à conversão ou foi porque não podia, caso dos fundos passivos, ou porque não estava acessível à Vale, caso de alguns investidores pessoas físicas — disse Schvartsman.

Perguntado se numa segunda chamada para troca voluntária de ações a razão de troca seria diferentes da primeira, o executivo disse que era prematuro definir os termos agora. Segundo ele, uma nova assembleia de acionistas deve ocorrer em outubro, para que dois novos conselheiros independentes sejam eleitos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fábio Fabrini e André Borges

Título: TCU quer dados sobre viabilidade de Angra 3

Auditoria propôs prazo de 30 dias para Eletronuclear apresentar estudos; obra precisa de R\$ 17 bilhões para ser concluída.

Uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) propõe prazo de 30 dias para que a estatal Eletronuclear, do Grupo Eletrobrás, apresente todos os estudos e avaliações feitas pela consultoria Deloitte Touche Tohmatsu quanto à viabilidade financeira da usina nuclear de Angra 3, em construção no Rio de Janeiro.

A unidade técnica da corte pede ainda todas as informações relacionadas a outras investigações e estudos feitos pela estatal em relação a contratos existentes para a conclusão da usina. O processo relatado pelo ministro Bruno Dantas deve ser levado ao plenário do TCU amanhã.

A orientação da auditoria se baseou em informações divulgadas pelo Estado em 3 de junho, revelando que o projeto, que já consumiu R\$ 7 bilhões dos cofres públicos, precisaria de mais R\$ 17 bilhões para ser concluído. A desistência do empreendimento, por outro lado, custaria R\$ 12 bilhões, por causa do desmonte de estrutura, a destinação de máquinas e uma infinidade de dívidas ligadas aos contratos firmados pela Eletronuclear. "O montante final estimado para o empreendimento concluído representa três vezes o montante estimado pelo

governo quando da sua retomada em 2008/2009 (R\$ 8,3 bilhões)", informa o relatório de auditoria ao qual o Estado teve acesso.

Angra 3 começou a ser construída pelos militares em 1984. As obras prosseguiram até 1986, quando foram paralisadas por causa de dificuldades políticas e econômicas, além da ocorrência do maior desastre nuclear do mundo, a explosão do reator da usina de Chernobyl, na Ucrânia. O projeto brasileiro ficou na gaveta por 25 anos, até ser retomado em 2009, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometia colocar a usina para funcionar em maio de 2014.

Agora, com os R\$ 17 bilhões estimados para sua conclusão, se chegaria a um gasto total de R\$ 24 bilhões para colocar em operação uma usina com capacidade de 1.405 megawatts (MW), o que torna a viabilidade financeira do projeto questionável. A Eletronuclear não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder

Título: Lucro do BNDES sobe 162% até junho

Sem incluir perdas com as ações da JBS, banco teve resultado positivo de R\$ 1,3 bilhão ante prejuízo de R\$ 2,1 bilhões no 1º semestre de 2016.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve lucro líquido de R\$ 972 milhões no segundo trimestre, somando R\$ 1,3 bilhão na primeira metade do ano. O resultado reverteu o prejuízo de R\$ 2,1 bilhões do primeiro semestre de 2016, com alta de 162%. O avanço veio de perdas menores nos investimentos na Bolsa, embora o banco tenha deixado para depois o registro de perdas com as ações do frigorífico JBS. Um cálculo inicial indicou que o lucro semestral poderia ser reduzido em R\$ 1,2 bilhão se a perda fosse registrada já.

O cenário no mercado de ações na primeira metade deste ano foi melhor que no primeiro semestre de 2016, quando o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff se desenrolou. No ano passado, o BNDES teve prejuízo ao registrar perdas de R\$ 4,920 bilhões com seus investimentos em empresas como Petrobrás, Vale, JBS e Eletrobrás. Neste ano, as participações societárias tiveram ganho de R\$ 1,420 bilhão. (...)

O mercado foi melhor no primeiro trimestre do que no segundo. Tanto que, separadamente, o lucro líquido da BNDESPar, que tinha sido de R\$ 1,2 bilhão de janeiro a março, ficou em apenas R\$ 9 milhões de abril a junho. Além disso, o valor total da carteira de ações da BNDESPar caiu de R\$ 63,628 bilhões, em 31 de

março, para R\$ 58,667 bilhões, em 30 de junho, queda de 7,8%, causada, principalmente, pela "desvalorização da cotação em Bolsa das ações da Petrobrás, Eletrobrás e Vale". (...)

Segundo Vania, o BNDES deixou para fazer isso no balanço financeiro de setembro porque, para fazer o "teste de impairment" (como é chamado o cálculo que determina o valor da baixa contábil), o banco precisaria das informações do balanço financeiro da JBS. "Teríamos dificuldade de chegar a uma avaliação de qualidade (sobre o valor da baixa contábil), dado que o próprio auditor (da JBS) não liberou as demonstrações contábeis dela", disse.

Mesmo assim, o BNDES fez "um teste dentro do que a gente podia prever", que apontou para uma baixa de cerca de R\$ 1,2 bilhão, "mas essas informações não têm ainda grau de confiabilidade", disse Vania.

O balanço financeiro do BNDES apontou que o ativo total encerrou o primeiro semestre em R\$ 883,64 bilhões. O Índice de Basileia, que mede a saúde financeira de um banco, ficou em 22,75%, acima dos 10,5% exigidos pelo Banco Central.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues, Idiana Tomazelli, Eduardo Rodrigues E Carla Araújo

Título: Área econômica conta com receita de R\$ 25 bi para conter rombo

Anúncio da nova meta fiscal, previsto para ontem, foi adiado novamente e deve ser feito até o fim da semana.

A equipe econômica avalia incluir R\$ 25 bilhões de expectativa de receitas com privatizações no Orçamento do ano que vem para evitar que o rombo seja superior aos R\$ 159 bilhões registrados em 2016. No pacote de concessões, devem estar duas "joias da coroa": os terminais de Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ). (...)

O governo deve propor ao Congresso aumento de R\$ 20 bilhões para o limite do rombo neste ano e de R\$ 30 bilhões para 2018. Se a proposta for aprovada pelos parlamentares, o governo ganhará autorização para que suas despesas superem as receitas em até R\$ 159 bilhões, tanto em 2017 quanto em 2018. A meta atual é de que o rombo não supere R\$ 139 bilhões este ano e R\$ 129 bilhões em 2018.

Mesmo com a ampliação do rombo em R\$ 30 bilhões, as contas de 2018 estão em situação mais complicada do que as deste ano. O governo ainda tentava ontem cobrir um buraco de R\$ 20 bilhões para que não fosse preciso pedir uma meta superior a R\$ 159 bilhões. A expectativa é conseguir parte dessa receita com

o adiamento do reajuste de servidores públicos. Como isso terá de passar pelo Congresso, o governo tenta viabilizar receitas maiores de concessões.

Mesmo com a ampliação, no entanto, falta receita para alcançar o novo resultado, o que abriu margem para a pressão por metas maiores nos dois anos, em torno de R\$ 170 bilhões. Nas reuniões que estão sendo feitas com parlamentares desde a semana passada, a equipe econômica vem sugerindo uma série de medidas para avaliar o que tem ou não chance de passar. Já se chegou à conclusão de que medidas de aumento de impostos serão evitadas.

Mesmo as receitas previstas para este ano, como a de usinas hidrelétricas devolvidas à União pela Cemig, correm o risco de não sair. O governo conta com R\$ 11 bilhões desse leilão ainda em 2017 e tem mantido reuniões com procuradores e técnicos para garantir o certame. (...)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou o que chamou de “jeitinho” do governo federal para fechar as contas públicas. “Se cada vez damos jeitinho e aumentamos a meta mais do que precisa, você acaba gerando gastos desnecessários. Fica parecendo que as coisas caminham bem. A gente sabe que a coisa não caminha bem.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: China suspende importação de carvão, ferro e pescado da Coreia do Norte

A China, principal parceiro econômico da Coreia do Norte, anunciou nesta segunda-feira (14) a suspensão das importações de carvão, ferro, chumbo, minério e pescado procedentes do país vizinho em aplicação das sanções decididas pelo Conselho de Segurança da ONU.

A partir de terça-feira "ficarão proibidas todas as importações de carvão, ferro, minério de ferro, minério de chumbo e de animais marinhos e produtos do mar", anunciou o ministério chinês do Comércio em um comunicado.

"Trata-se de uma aplicação da resolução da ONU 2371", completa o comunicado. O Conselho de Segurança da ONU, do qual Pequim faz parte, aprovou em 5 de agosto novas sanções contra Pyongyang, medidas que poderiam poderão reduzir em até um terço a receita de exportação anual do país, que é de US\$ 3 bilhões. As sanções, propostas pelo governo dos Estados Unidos, foram uma resposta aos lançamentos de dois mísseis intercontinentais norte-coreanos no mês passado, que poderiam alcançar, de acordo com Pyongyang, o território americano.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, considerou, no entanto, que as novas medidas teriam um "efeito limitado" e criticou Pequim por não fazer pressão suficiente contra o regime norte-coreano.

Após a votação do Conselho de Segurança, o ministro chinês das Relações Exteriores, Wang Yi, afirmou que o país aplicaria a "nova resolução em 100%".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DE DO RIO

Título: Petrobras estuda blindar política de preços de interferências do governo

A Petrobras estuda colocar em seu estatuto políticas que garantam a rentabilidade de suas operações, como a política de preços dos combustíveis. O objetivo é blindar a companhia de eventuais interferências do governo.

"Você pode esperar que faremos tudo para blindar as políticas que garantam retorno ou criação de valores aos acionistas e a todos que comprem ações da Petrobras", disse o diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro.

A declaração foi feita em teleconferência com investidores na sexta-feira (11), quando respondia a pergunta de analista sobre a possibilidade de blindar a política de preços dos combustíveis.

Instituída em outubro de 2016 e revista em junho de 2017, a política de preços impede a venda dos produtos a valores inferiores aos praticados no mercado externo.

Foi implantada com o objetivo de evitar a repetição de prejuízos com a venda de combustíveis a preços mais baixos, procedimento que vigorou durante os governos do PT e é apontado como uma das razões para o elevado endividamento da companhia.

"Esta é a meta desta gestão, e tem sido já há algum tempo, por exemplo, adotar práticas e mecanismos que, usando sua expressão, blindam a companhia de intervenções inadequadas que podem reduzir sua rentabilidade", reforçou Monteiro.

Segundo ele, a empresa deve propor ao conselho de administração novas mudanças no estatuto, com o objetivo também de se adequar ao nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo, um ambiente de negociações com maiores exigências em termos de governança corporativa.

Procurada pela reportagem nesta segunda-feira (14), a Petrobras preferiu não comentar o assunto.

A gestão atual já promoveu mudanças nesse sentido. Em 2016, aprovou a criação de comitês estatutários e de regras para a contratação e nomeação de executivos, além da proibição de que o presidente da estatal possam também comandar o conselho.

A preocupação do mercado reside na possibilidade de alteração das políticas em caso de mudança de governo. Com a definição em estatuto, qualquer mudança precisa ser aprovada em assembleia de acionistas.

FREQUÊNCIA

Desde o mês passado, a Petrobras passou a adotar uma estratégia mais agressiva de reajustes, com a autorização para variações diárias e sem necessidade de aprovação pelo grupo gestor de preços, que é formado por três diretores.

O objetivo é garantir maior flexibilidade para que a área comercial concorra com combustíveis importados por terceiros, que vêm roubando participação de mercado das refinarias da estatal.

Desde então, o preço da gasolina foi ajustado 27 vezes –13 delas para baixo e 14 para cima. O diesel foi ajustado 29 vezes, 13 para baixo e 16 para cima.

A mais recente mudança passa a valer nesta terça-feira (15): queda de 1,4% no preço da gasolina e alta de 0,7% no valor do diesel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Impasse no governo adia anúncio de revisão de meta fiscal

Uma disputa entre a ala política do governo e a equipe econômica levou ao adiamento da definição da nova previsão oficial para o rombo nas contas públicas neste e no próximo ano, que deve ser anunciada nesta terça (15).

As metas estabelecidas pelo governo preveem a redução do deficit do Orçamento para R\$ 139 bilhões neste ano e R\$ 129 bilhões em 2018, mas a lenta recuperação da economia e das receitas federais obrigou o governo a rever suas projeções para os dois anos.

Em reuniões ocorridas no Palácio do Planalto nesta segunda (14), políticos que apoiam o governo no Congresso defenderam a abertura de espaço no Orçamento

do próximo ano para acomodar gastos com obras e outros projetos patrocinados por parlamentares por meio de emendas ao Orçamento.

Os políticos defenderam o aumento da meta do ano que vem para R\$ 177 bilhões, cerca de R\$ 18 bilhões a mais do que tinha sido combinado na semana passada. A equipe econômica defende uma meta de R\$ 159 bilhões para o deficit neste e no próximo ano.

Uma meta de deficit maior permitirá que o governo acomode mais gastos, evitando a paralisação de serviços públicos e garantindo verbas para redutos eleitorais de aliados. Mas a nova meta fará aumentar a dívida do governo, que precisará tomar recursos emprestados no mercado para financiar as despesas.

O Ministério da Fazenda ainda tenta encontrar novas fontes de receita para evitar o aumento da previsão de deficit. Ele aposta em leilões de concessões de infraestrutura, em que investidores pagam para ter o direito de explorar estradas, aeroportos e outros empreendimentos.

Entre as possibilidades em estudo, uma é a realização de leilões na área de energia, que poderiam trazer cerca de R\$ 27 bilhões para os cofres do governo e da Eletrobras. Mas o **Ministério de Minas e Energia** discorda da estratégia defendida pela Fazenda para a realização dos leilões.

Outra ideia é a privatização do aeroporto de Congonhas (SP), que poderia render no mínimo R\$ 4 bilhões em pagamentos ao governo. A proposta desagradou ao Ministério dos Transportes, que considera o aeroporto vital para a estatal Infraero. Sem ele, a empresa não teria condições financeiras de administrar aeroportos menos rentáveis.

O Ministério dos Transportes calcula que a privatização da Infraero, incluindo todos os terminais que ela administra, poderia gerar R\$ 20 bilhões em pagamentos ao governo, viabilizar R\$ 15 bilhões em investimentos e garantir outros R\$ 15 bilhões em impostos para os cofres da União. Mas o ministro Maurício Quintella é contra a venda.

Nos estudos da equipe econômica, constam ainda medidas para controlar o teto salarial de servidores e o adiamento dos reajustes de algumas categorias, previsto para janeiro de 2018, para 2019.

O governo também pensa em apresentar uma proposta de emenda constitucional para que os salários não ultrapassem R\$ 33 mil. Com isso, poderia haver cortes de benefícios, gerando economia de cerca de R\$ 800 milhões.

Também está em avaliação o aumento da contribuição previdenciária dos servidores federais, de 11% para 14%.

REFIS

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, insistiu nas reuniões para que a equipe política avance nas negociações do novo Refis, programa de refinanciamento de dívidas de contribuintes que foi proposto ao Congresso.

A equipe econômica esperava angariar R\$ 13,8 bilhões com o programa neste ano, mas deputados e senadores –que estão entre os grandes devedores– querem mais vantagens para os devedores em troca de apoio ao presidente Michel Temer (PMDB) e à reforma da Previdência.

A área política do governo quer que a Fazenda feche as contas do Orçamento sem contar com as receitas de adesão ao Refis, mas Meirelles não concorda. O assunto foi discutido em uma reunião no domingo (13) da qual participou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O Ministério da Fazenda se prontificou a apresentar uma nova proposta, porque pretende levantar pelo menos R\$ 10 bilhões com adesões ao programa. Até o momento, por meio da medida provisória que criou o novo Refis, só foi possível receber R\$ 3,5 bilhões.

(JULIO WIZIACK, MARIANA CARNEIRO, MAELI PRADO, MARINA DIAS E BRUNO BOGHOSSIAN)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras abre 954 vagas

A Petrobras abriu ontem processo seletivo com 954 vagas, sendo 159 para provimento imediato e 795 para formação de cadastro de reserva. Os salários variam de R\$ 2.179,85 a R\$ 9.786,14. Há chances de nível superior para médicos do trabalho e de nível médio para técnicos em enfermagem do trabalho, de inspeção de equipamentos e instalações, de manutenção (caldeiraria, elétrica, instrumentação e mecânica), de operação e de segurança.

O prazo para inscrições começa hoje e vai até 4 de setembro e o registro pode ser feito pelo site da banca organizadora da seleção, a Fundação Cesgranrio. As taxas custam R\$ 47 para os cargos técnicos e R\$ 67 para o de nível superior. Segundo o edital, 5% das vagas são destinadas a pessoas com deficiência e 20% a candidatos pretos ou pardos. De acordo com o regulamento, farão parte do cadastro de reserva, os candidatos aprovados dentro das classificações abrangidas por até cinco vezes o número de vagas oferecidas por cargo e polo de

trabalho.

O concurso terá apenas uma etapa: uma prova objetiva marcada para 1º de outubro. Serão questões sobre português e conhecimentos específicos, disciplinas exigidas a todos os cargos, além de inglês para quem concorre a postos de nível superior e de matemática para nível médio. O resultado será divulgado em 4 de dezembro deste ano. Os candidatos aprovados ainda terão de passar por avaliação psicológica e exames médicos para serem admitidos.

Lotação

Os cargos lotados no estado do Rio de Janeiro serão na capital e nos municípios Angra dos Reis, Duque de Caxias, Itaboraí, Seropédica e Macaé; em São Paulo, há lotação em Guarujá, Itanhaém, Santos, Bertioga e Cubatão; no Espírito Santo, há vagas em Vitória, Linhares, Anchieta e São Mateus; em Manaus e Coari, no Amazonas; no Rio Grande do Norte, há lotação em Natal, Mossoró, Açu, Alto do Rodrigues e Guamará; Em Sergipe, as vagas são para Aracaju, Carmópolis, Japaratuba e Laranjeiras; e, em Alagoas, nos municípios de Maceió, Pilar e São Miguel dos Campos.

Além da Petrobras, outros 21 concursos com inscrições abertas oferecem mais de 12 mil vagas, segundo levantamento feito pelo Correio. O Tribunal Superior do Trabalho vai selecionar técnicos e analistas judiciários para preencher 52 vagas e cadastro de reserva para candidatos com nível médio ou superior com salários de R\$ 6.376,41 e R\$ 10.461,90, respectivamente. Para analistas são admitidas inscrições de concorrentes com nível superior em direito (3 vagas), tecnologia da informação (2), contabilidade (1) e com qualquer curso de graduação para as áreas administrativa e de taquigrafia. Também há 22 vagas para técnico judiciário, duas para segurança e 17 para programação.

As inscrições poderão ser feitas de 17 de agosto a 22 de setembro, pelo site da Fundação Carlos Chagas (FCC), banca organizadora da seleção. As taxas de participação são de 80 e R\$ 120. As provas serão aplicadas em 19 de novembro, pela manhã para cargos de nível médio, e à tarde para nível superior.

O Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia prorrogou o prazo de inscrições e está com mais de 2,2 mil vagas abertas para 15 estados e o Distrito Federal. A Secretaria de Educação do Mato Grosso oferece 5.748 oportunidades. O maior salário é pago pela Defensoria de Alagoas: R\$ 26.125,16.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel**Título: Embate no governo atrasa nova meta**

A falta de consenso entre as alas técnica e política do governo e a dificuldade em encontrar novas receitas para compensar a frustração crescente na arrecadação fizeram com que o presidente Michel Temer adiasse pela segunda vez a definição das novas metas fiscais deste ano e do próximo. As reuniões da equipe econômica com o chefe do Executivo estão ocorrendo com bastante frequência nos últimos dias. O anúncio foi reagendado na tarde de ontem para hoje. No entanto, à noite, fontes da Esplanada cogitavam que antes de amanhã, quarta-feira, esse anúncio não ocorrerá.

O governo está no cheque especial desde 2014. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 permite um déficit nas contas do governo federal de até R\$ 139 bilhões. O objetivo fiscal da LDO de 2018 é de um saldo negativo de até R\$ 129 bilhões. Como ninguém do mercado acredita que elas serão cumpridas, até mesmo o governo, as mudanças das metas ocorrem para que Temer não cometa o crime de responsabilidade fiscal, delito que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff.

A expectativa é que os novos déficits fiquem em torno de R\$ 155 bilhões e R\$ 159 bilhões, neste ano, e de R\$ 150 bilhões, em 2018. Todavia, analistas são unânimes em avisar que, se o governo anunciar uma meta maior do que o rombo do ano passado, de R\$ 159,5 bilhões, vai sinalizar piora no controle fiscal. No fim da tarde de ontem, havia boatos de que a nova meta fiscal chegaria a um déficit de R\$ 170 bilhões, o que fez o dólar subir (leia texto ao lado). Em resposta, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, tuitou que este valor era “especulação”. “Ninguém trouxe tal valor à discussão nas reuniões do governo”, afirmou.

A dificuldade de fechar as contas persiste devido ao elevado risco de frustração nos R\$ 60 bilhões da previsão de receitas extraordinárias. Desse montante, R\$ 25,7 bilhões viriam de concessões e há vários itens que dependem da aprovação de medidas provisórias que tramitam no Congresso Nacional, como a do Novo Refis, que foi alterada na comissão especial e teve sua receita reduzida em R\$ 13 bilhões, neste ano, para menos de R\$ 500 milhões. Outro item que está nessa conta são as concessões de usinas e de petróleo, que também podem não se realizar, como alertou no mês passado, o Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão prevê uma perda de arrecadação de R\$ 19,3 bilhões. Ontem, Temer chamou o **ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho**, e pediu uma previsão sobre as receitas com os leilões de concessão das hidrelétricas de Furnas e os de petróleo e gás previstos para este semestre. O titular do MME ficou de refazer os cálculos e entregá-los ainda hoje. Para o ano que vem, o governo estima uma receita extra de R\$ 20 bilhões com leilões de aeroportos, algo

desafiador e com elevado risco de novas frustrações.

O fato de o presidente ter virado refém dos parlamentares do Centrão, que apoiaram o arquivamento da denúncia de corrupção contra Temer e agora cobram a fatura, tem atrasado o fechamento das novas metas fiscais, de acordo com informações obtidas pelo Blog do Vicente. Somente em emendas parlamentares, a garantia do mandato de Temer custou mais de R\$ 6 bilhões. Na semana passada, as reuniões sobre as novas metas fiscais tiveram participação dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o que atrasou o anúncio da meta. Maia marcou um café da manhã hoje com deputados e os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O Planalto negou qualquer divergência entre as alas política e econômica do governo. De acordo com uma fonte palaciana, o “governo preferiu fazer o caminho correto e mais trabalhoso e, para manter a previsibilidade na questão fiscal, está conversando com todos os envolvidos e pedindo para refazerem todos os cálculos”. Nesse sentido, a fonte contou que o governo não descarta o adiamento do reajuste do funcionalismo em 2018 e vem tentando negociar novos cortes de gastos, como o auxílio de reclusão, que é uma ajuda para as famílias de presidiários.

Justificativa

Para especialistas, existe razão para que o governo mude as metas. “A arrecadação voltou como era esperado e há muita decepção com receitas extraordinárias. Como os gastos crescem, em grande parte, de forma automática, o aumento do déficit é inevitável se não houver ajuste fiscal”, alertou a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. “As maiores despesas, que são com pessoal e com a Previdência, crescem acima da inflação, e o teto dos gastos não consegue dar conta”, destacou. Para ela, o governo errou em conceder os reajustes generosos aos servidores no ano passado. “Isso fez com que a situação das contas públicas piorasse”, completou. Zeina acredita que o governo precisa da reforma da Previdência, novas receitas extraordinárias e até mesmo aumento de impostos para cumprir as novas metas.

Para o economista Pedro Scheineider, do Itaú Unibanco, o governo terá mais dificuldade em cumprir a meta fiscal do próximo ano com o baixo crescimento. “As receitas extraordinárias não devem ocorrer no mesmo volume deste ano”, alertou.

Descompasso

O descompasso entre receita e despesa continua crescente e fará com que o governo registre o quarto déficit primário consecutivo, elevando consideravelmente a dívida pública. Conforme dados levantados pela Instituição

Fiscal Independente (IFI), o Orçamento deste ano previa crescimento anual de 4,4% na receita líquida e aumento de 2,2% na despesa total, mas nada disso aconteceu. De janeiro a junho, a receita líquida encolheu 2,7% e as despesas cresceram 0,5%, em termos reais

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Abrace tenta barrar indenização a transmissoras

A indústria eletrointensiva subiu o tom na briga contra o pagamento de R\$ 62 bilhões em indenizações para as transmissoras de energia nos próximos oito anos. O repasse deve ser feito por consumidores de todo o país, via conta de luz, a partir deste mês.

Após obter vitória parcial na Justiça, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que representa companhias como Ambev, Alcoa, Dow e Braskem, espera por nova decisão liminar favorável até o fim deste mês. O objetivo é isentar, integralmente, seus associados a exemplo do desfecho da ação individual movida pela CSN.

O ex-diretor da Aneel e atual presidente da Abrace, Edvaldo Santana, disse ontem que o valor das indenizações é "absurdo" e daria para erguer outro sistema de transmissão igual ao que está em operação no país. Para ele, a quantia "exorbitante" pode ser explicada pela sucessão de erros cometidos pela Aneel e pelo governo desde a prorrogação dos contratos de concessão do setor, com a edição da polêmica Media Provisória 579, de 2012.

O presidente da Abrace disse que a Aneel não auditou a quantidade e a avaliação dos ativos que compõem a base de remuneração usada para calcular as indenizações. Se mantida a conta, segundo ele, os consumidores vão arcar com custo além do que foi requerido pelas próprias transmissoras.

Para exemplificar, a entidade usa o caso de Furnas, subsidiária do grupo Eletrobras. A empresa havia apresentado um montante histórico de R\$ 900 milhões, atrelado a seu pedido de indenização que, atualizado, alcançaria R\$ 3 bilhões. Por fim, a Aneel homologou o valor de R\$ 9 bilhões para a transmissora estatal.

"Me surpreende que o reajuste do PIS e da Cofins sobre os combustíveis tenha causado indignação geral e esse custo pesado para o setor elétrico, não. Lá, são R\$ 10 bilhões. Não sei como a sociedade avalia isso", comentou o presidente da entidade em entrevista a jornalistas. A Abrace considera que o desembolso com

as indenizações das transmissoras será da ordem de R\$ 10 bilhões por ano ou R\$ 900 milhões por mês já em setembro.

A Abrace expôs sua preocupação com o tema a outras associações industriais na última quinta-feira, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A atenção se volta para o impacto do aumento do custo da energia sobre a retomada da atividade produtiva. Para alguns segmentos, a alta nas contas de luz inviabiliza a competitividade.

Os grandes consumidores esperam contar com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), considerado um aliado de peso no esforço da Abrace de apontar as inconsistências dos cálculos realizados pela Aneel e pelo Ministério de Minas e Energia. O comando da associação já esteve nas últimas semanas com equipes de auditores do tribunal. A expectativa é de que, em breve, o ministro Aroldo Cedraz leve o assunto para decisão do plenário da Corte.

A Aneel também é alvo de críticas de outro ex-diretor da autarquia, Julião Coelho. Como advogado contratado pela associação, ele diz que autarquia cedeu à manipulação de dados das transmissoras que alegaram viver uma "asfixia financeira" desde 2013. Na época, elas aceitaram prorrogar as concessões com uma remuneração menor, assegurando o cumprimento do plano de redução das tarifas lançado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

"Essa foi a condição para que elas assinassem a renovação de seus contratos. Não tem o que reclamar, agora", disse Coelho. Para ele, não cabe também a alegação de que as transmissoras tiveram que fazer reforços nas redes, pois todo investimento adicional é de praxe reconhecido na formação de receita das concessionárias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Preço da gasolina cai 0,13% nos postos

Os preços da gasolina recuaram, em média, 0,13% nos postos, na semana passada, em relação à anterior, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Foi a primeira semana de queda nos preços para o consumidor final desde o aumento das alíquotas do PIS/Cofins, anunciado no dia 20 de julho.

De acordo com a ANP, a média do preço da gasolina na semana de 6 a 12 de agosto foi de R\$ 3,758 o litro no país. Ao todo, houve retração 18 das 26 Estados, mais o Distrito Federal, com destaque para os mercados do Amazonas (-2,73%), Bahia (-2,33%) e Mato Grosso do Sul (-2,19%). Em São Paulo, no entanto, os

preços subiram 0,2%. Goiás (5,43%) e Pernambuco (5,23%) registraram os principais aumentos para o consumidor.

Os dados da ANP indicam que o recuo do preço da gasolina foi puxado principalmente pela queda de 11,5% nas margens dos revendedores. Na primeira semana após o aumento dos impostos (23 a 29 de julho), a margem chegou a subir 33%, para cerca de 17% do preço final. Desde então, o mercado se acomodou e a margem caiu para 11,3%.

Os preços do etanol hidratado seguiram movimentação semelhante à da gasolina e também registraram a primeira queda semanal desde o aumento da carga tributária. Segundo a ANP, os preços caíram 0,53% na semana passada, ante a anterior. O litro do biocombustível foi negociado, nas bombas, a uma média de R\$ 2,594 na semana passada.

Já os preços do diesel registraram a terceira semana seguida de alta. O aumento médio foi de 0,45%. Desde o aumento da carga tributária, o derivado já subiu, em média, 6,1% nos postos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Vandson Lima e Andrea Jubé | De Brasília

Título: PMDB volta-se para os Bezerra Coelho

Praticamente acertados com o DEM, o líder do PSB, senador Fernando Bezerra Coelho (PE) e seu primogênito, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Filho**, entraram na mira do PMDB. Em abril, o presidente Michel Temer já havia deixado abertas as portas da sigla para os Bezerra Coelho, quando ambos defenderam as reformas do governo, contrariando a posição de seu partido.

Mais que somar o grupo político dos pernambucanos, o objetivo dos pemedebistas é retomar o controle do Ministério de Minas e Energia, feudo histórico do partido.

Respondendo a processos no Conselho de Ética do PSB, por votarem a favor das reformas da Previdência e trabalhista, o ministro - que é deputado federal licenciado - e o senador negociam a saída do partido de centro-esquerda. A expectativa é de que a reforma política, em votação no Congresso, abra em setembro ou outubro uma janela permitindo a troca de legendas. Os Bezerra Coelho devem deixar o PSB, junto com a líder da bancada, Tereza Cristina (MS), e mais cinco ou seis deputados federais.

Além de Temer, os Bezerra agora têm no presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e em outras lideranças pemedebistas entusiastas do ingresso deles na sigla. Desde a hegemonia de José Sarney (PMDB-AP) no comando do Senado, a pasta consolidou-se como um feudo da bancada de senadores do PMDB. Primeiro com Silas Rondeau e Edison Lobão (MA), nos governos Lula e Dilma, e depois com Eduardo Braga (AM), no segundo mandato de Dilma Rousseff.

"O PMDB é um partido de centro com o qual o grupo do senador Bezerra tem mais identidade", justifica um pemedebista. Mas as conversas com o DEM estão muito mais avançadas porque os Bezerra Coelho enfrentariam um obstáculo quase intransponível para ganhar espaço no PMDB de Pernambuco.

No Estado, quem controla o PMDB é ex-governador e deputado federal Jarbas Vasconcelos, um nome histórico da legenda. Jarbas é o padrinho político do vice-governador de Pernambuco, Raul Henry, e controla o diretório estadual do partido.

Como Jarbas tem postura independente e votou a favor da abertura da ação penal contra Michel Temer na Câmara dos Deputados, no dia 2, o PMDB começou a discutir, nos bastidores, o desalojamento de seu grupo político do comando do diretório. Na última quinta-feira, Jarbas foi punido com suspensão do partido por 60 dias, já que o voto contra Temer violou o fechamento de questão da Executiva Nacional sobre o tema.

"Duvido que façam qualquer coisa contra mim, sou fundador do MDB", disse Jarbas ao **Valor**, sobre a possibilidade de que os caciques do PMDB tentem afastar o seu grupo da presidência do diretório.

Por isso, o DEM é no momento favorito para filiar os Bezerra Coelho. A sigla, inclusive, estaria de acordo com as pretensões de Fernando Filho de se candidatar ao governo de Pernambuco em 2018 - algo hoje improvável pelo PSB, partido do atual governador Paulo Câmara, que pode concorrer à reeleição. A costura no DEM envolveria a formação de uma chapa com o atual ministro da Educação, Mendonça Filho, concorrendo ao Senado.

No DEM ou no PMDB, a única definição é que Fernando Filho prossegue no comando de Minas e Energia. Aos 33 anos, o ministro transita com desenvoltura no setor privado e avalizou a indicação do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, um técnico, egresso da CPFL Energia.

O controle da pasta estendia-se a todo o setor elétrico, em que nomeados de Sarney comandavam a Eletrobras e as subsidiárias, como Eletronorte e Eletrosul. O PMDB do Senado tentou manter o ministério com Eduardo Braga no governo

Michel Temer, mas teve que optar e escolheu o Ministério da Integração Nacional, hoje sob o controle de Hélder Barbalho, filho do senador Jader Barbalho, do grupo de Sarney.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Merkel e o fim do diesel

A premiê Angela Merkel reconheceu, em entrevista à revista "Super Illu", que a Alemanha deve, em algum momento, seguir os demais países europeus e proibir a comercialização de carros a diesel no futuro. Esta foi a primeira vez que Merkel reconheceu que os veículos a diesel podem estar com os dias contados, após o escândalo da manipulação dos dados de emissão de gases envolvendo a gigante Volkswagen. "Não quero dar um ano exato", disse Merkel. Mas ela reconheceu que os planos anunciados pelo Reino Unido e a França para acabar com os veículos a diesel até 2040 "são a abordagem correta".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Daniel Rittner | De São Paulo e Brasília

Título: Petrobras pode ficar com térmicas da Eletrobras para mitigar dívida

A Eletrobras e a Petrobras estão negociando uma "troca de ativos" para resolver, pelo menos em parte, a dívida bilionária que a elétrica tem com a petroleira. Essa pendência atrapalha a privatização da Amazonas Energia e o processo de abertura de capital (IPO) da BR Distribuidora.

Uma das propostas envolve a transferência de termelétricas da Eletrobras para a Petrobras, em troca de abatimentos na dívida. Um dos ativos deve ser a termelétrica Mauá 3, inaugurada ano passado, com 570 megawatts (MW) de potência e operada a gás natural proveniente da bacia petrolífera de Urucu, no Amazonas.

A Petrobras chegou, inclusive, a cortar o fornecimento de gás para esta usina, por falta de pagamentos. A dívida total da Eletrobras com a Petrobras - incluindo os montantes devidos à BR - já ultrapassa R\$ 16 bilhões.

Se as estatais não chegarem a um acordo a tempo de viabilizar a privatização da Amazonas até o fim deste ano, a concessão da distribuidora pode ser liquidada.

As seis distribuidoras foram federalizadas no fim dos anos de 1990, com a justificativa de que seriam privatizadas em seguida, mas o processo se arrasta até hoje. No ano passado, a Eletrobras finalmente deu um passo concreto nesse sentido e vendeu a Celg Distribuição (Celg D) à italiana Enel, em um leilão realizado na B3. O plano para as demais empresas - Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas), Eletroacre, Boa Vista Energia (Roraima), Ceron (Rondônia) e Amazonas Energia, em Manaus - é privatizá-las até o fim deste ano.

Para Cepisa e Ceal, há grande otimismo dentro do Ministério de Minas e Energia. Eletroacre, Ceron e Boa Vista envolvem desafios, mas também há a percepção de que haverá interessados.

No caso da distribuidora amazonense, porém, agentes da equipe econômica do governo já consideram a possibilidade de partir para a liquidação, pois um processo de venda bem sucedido ainda neste ano parece ser cada vez mais inviável, apurou o **Valor**.

No entanto, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, mostrou confiante sobre as vendas das distribuidoras em informação ao **Valor**. Mas admitiu que a Amazonas Energia é o mais problemático dos ativos, principalmente por causa da dívida com a Petrobras.

Enquanto a separação entre o segmento de distribuição e o de geração da Amazonas Energia pode resolver o caso da venda da empresa, para a Petrobras - outra estatal sob o comando da sua pasta -, é fundamental uma solução para a dívida, pelos planos de abertura de capital da BR.

"Nós queremos virar a página e equacionar a dívida, mas não dá para uma empresa em recuperação como a Eletrobras pagar toda essa dívida", disse o ministro. Ele também descartou um "perdão" por parte da Petrobras.

Segundo Coelho Filho, uma das alternativas seria vender ativos da distribuidora para levantar recursos, como as próprias termelétricas operadas pela Amazonas. "Ela tem ativos, como as termelétricas. Pode ser que empresas que atuam na região se interessem por eles", disse. "Isso não resolveria totalmente o problema, mas poderia reduzir a dívida de R\$ 16 bilhões para um valor menor, o que seria uma ajuda", afirmou o ministro.

Uma outra parte da dívida poderia ser financiada tendo como garantia recebíveis da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), fundo que subsidia a operação das térmicas dos sistemas isolados do Norte do país. "Não queremos que a conta cresça", disse Coelho Filho.

O "plano B", segundo fontes do governo, seria vender a concessão da distribuição do Amazonas separada da concessionária. Os ativos de distribuição da Amazonas

Energia iriam junto no pacote, porque fazem parte da concessão do serviço público de distribuição, e a estatal receberia uma indenização. "A antiga concessionária, que hoje é uma prestadora de serviços no Estado, viraria um prejuízo da Eletrobras, e a União venderia uma concessão nova. Mas seria um cenário ruim para todos", disse uma das fontes.

Uma das medidas implementadas para facilitar a venda da companhia é a chamada "desverticalização" da Amazonas Energia, na qual o segmento de distribuição, que será vendido, não será mais responsável pela parte de geração. A dívida da compra de gás, portanto, ficará com a Amazonas Geração e Transmissão (GT), que permanecerá sob o comando da estatal elétrica.

Enquanto isso viabilizaria a venda da distribuidora de energia, o problema da Petrobras seria mantido, pois a Eletrobras continuaria não tendo condições de pagar tudo o que é devido.

A desverticalização está parada, pois seria necessária a anuência da Petrobras, da Eletrobras e também do governo. Enquanto credora, a estatal petroleira só dará o aval à mudança quando houver uma sinalização de que a elétrica terá condições de quitar a dívida.

Esse processo esbarra em outra questão, que é a fiscalização que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está conduzindo na CCC. Uma nota técnica publicada em março deste ano apontou que a Amazonas Energia tem cerca de R\$ 3 bilhões a devolver à conta, o que está sendo questionado pela própria Eletrobras.

Como os recebíveis da CCC ajudam a Eletrobras a garantir os pagamentos à Petrobras, enquanto a fiscalização da Aneel não chegar a uma conclusão definitiva, um acordo não se concretiza.

Quanto às demais distribuidoras de energia que devem ser privatizadas, o Coelho Filho se disse confiante, apesar do atraso do BNDES na elaboração do laudo de avaliação dos ativos. Segundo o ministro, as distribuidoras Cepisa (Piauí) e Ceal (Alagoas) devem ter disputa de vários interessados, como Equatorial, Enel, Energisa e Neoenergia. Ele também se diz confiante sobre as vendas das demais empresas.

Em entrevista concedida na sexta-feira, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse que até setembro as condições do leilão de privatização devem ser definidas, para que este ocorra no máximo em dezembro. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

Seção: Empresas**Autor: Cláudia Schüffner e André Ramalho | Do Rio****Título: Prumo, BP e Siemens serão sócios em térmica**

O presidente da Prumo Logística, José Magela Bernardes, prevê que serão necessários cerca de R\$ 3 bilhões para colocar de pé o projeto de uma térmica de 1.300 megawatts e um terminal de importação de Gás Natural Liquefeito (GNL) no porto do Açu, no município de São João da Barra (RJ). O projeto terá a Prumo, a Siemens e a petroleira BP como sócias na empresa Gás Natural Açu (GNA).

A expectativa é que as três dividirão os investimentos igualmente. Magela explicou que a Siemens pagará US\$ 21 milhões para ter uma participação de 33% na GNA e que a entrada da BP ainda está em fase de negociação. A petroleira britânica, além de sócia, será a fornecedora do GNL importado.

A construção de uma térmica no Açu é parte da estratégia de tornar o porto uma solução para o escoamento do gás produzido em campos marítimos, incluindo o pré-sal. Até que esses campos sejam explorados e uma infraestrutura de gasodutos seja construída, o combustível para a térmica será importado pelo terminal que terá capacidade de regaseificar 14 milhões de metros cúbicos diários de gás.

A usina GNA 1 atenderá as obrigações contratuais da termelétrica Novo Tempo, um projeto do grupo Bolognesi que seria construído originalmente em Pernambuco, mas que não chegou a sair do papel. Em junho, a Prumo assinou um contrato com a Bolognesi para assumir a construção e a operação do projeto, que possui contrato de fornecimento de energia de longo prazo válido a partir de 2021, e negociou a transferência do local de construção da usina para o Açu.

Agora os sócios aguardam autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), prevista até o fim do ano, para começar a construção da primeira termelétrica do Açu - que consumirá, sozinha, 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia quando estiver operando em plena capacidade.

"Temos que aprovar o investimento até o fim do ano, para começar a construção no início do ano que vem. Caso contrário, não teremos condições de entregar a energia até 2021", disse Magela.

A estratégia da Prumo é que a demanda do Açu se torne, no futuro, "uma opção" que viabilize a construção de novas rotas de escoamento do gás produzido, sobretudo, por novos produtores.

"Queremos que o Açu seja uma solução para o gás offshore no Brasil. A ideia é começar importando GNL, mas no futuro, com uma demanda consolidada,

começar a substituir o gás importado pelo gás do pré-sal", disse Magela, citando como exemplo a proximidade do Açu com a mega-descoberta de gás natural de Pão de Açúcar, no bloco BM-C-33, no pré-sal da Bacia de Campos, operado pela Statoil.

O presidente da Prumo explica que o terminal de GNL terá garantia de suprimento da BP, dentro de "parâmetros competitivos".

Provocado sobre as vantagens competitivas do Açu em relação ao projeto original do Bolognesi, o presidente da Prumo reforçou o fato de o Açu já ter uma infraestrutura construída, um terminal praticamente pronto para receber o GNL e uma linha de transmissão já conectada à cidade de Campos dos Goytacazes - além de parceiros e ter uma localização próxima do centro de consumo.

Fora a GNA, a Prumo possui outros 6.400 MW licenciados no Açu. Magela disse que a companhia pretende participar dos próximos leilões de energia com novas termelétricas a gás. "Com certeza, vamos estar ativos [nos próximos leilões de energia nova]", afirmou o executivo.

Para este ano, o governo já agendou, para dezembro, um leilão A-6. A licitação contará com, entre outras fontes, projetos a gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Light negocia alongamento de suas dívidas

Com um total de R\$ 1,038 bilhão de dívidas vencendo este ano e um montante de R\$ 1,036 bilhão com prazo de vencimento em 2018, a elétrica fluminense Light está negociando com bancos o alongamento do prazo de amortização dos débitos dos próximos dois anos. A companhia também está preparando a emissão de debêntures de infraestrutura, no valor até R\$ 500 milhões, neste semestre, e negocia com o BNDES financiamento de R\$ 600 milhões para cobrir investimentos para 2017 e 2018

"Estamos em conversas com as demais instituições financeiras que estão com dívidas vencendo este ano e início do ano que vem para já iniciarmos os trabalhos em vista do alongamento de nossas dívidas", afirmou o diretor de Finanças da Light, Roberto Barroso, em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados da Light no segundo trimestre, um prejuízo de R\$ 51,1 milhões, ante um resultado negativo de R\$ 58,4 milhões em igual período do ano passado.

Na teleconferência, o diretor-presidente da Light, Luiz Fernando Paroli Santos, também contou que a empresa está em tratativas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para rescindir o contrato de fornecimento de energia de longo prazo da hidrelétrica de Itaipu, prevista para entrar em operação em 2020, mas que cujas obras ainda não tiveram início. Segundo ele, já foram realizadas três reuniões com representantes da autarquia sobre o assunto.

Com relação a outros ativos da empresa, o presidente da Light lembrou que a unidade brasileira do grupo franco-belga Engie manifestou interesse em adquirir o complexo eólico Umburanas, da Renova Energia, empresa na qual a Light possui 15,68% de participação. Além disso, ele citou a assinatura, em julho, de acordo de exclusividade com a Brookfield para a compra e capitalização da própria Renova Energia, com prazo de 60 dias, renováveis por igual período. "Os trabalhos estão bem intensos. Me parece que este assunto é prioridade para Brookfield", afirmou.

Paroli disse ainda que fechou negociação com o governo do Rio de Janeiro sobre uma dívida de R\$ 110 milhões relativa ao consumo de energia. O acordo prevê compensação fiscal em 18 meses, a partir de julho.

Na teleconferência, Paroli disse que um dos objetivos no cargo, que assumiu há pouco mais de um mês, é dar suporte à venda da participação do bloco de controle da Light, do qual a Cemig faz parte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Magnesita em Londres

O presidente do conselho de administração da Magnesita, Octavio Cortes Pereira Lopes, disse ontem que a expectativa é que a RHI Magnesita, empresa resultante da fusão entre a companhia brasileira e a austríaca RHI, esteja listada na bolsa de Londres até o fim deste ano. Em teleconferência com analistas para comentar os resultados do segundo trimestre, o executivo destacou que a operação já recebeu todas as aprovações necessárias - União Europeia, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e acionistas -, o que aproxima a transação de sua conclusão. "Esperamos que seja concluída até o fim do ano [a listagem], o que marcará a finalização da operação, e será seguida pela oferta aos minoritários da Magnesita", disse Lopes. "A combinação será um evento transformador para Magnesita, acelerando seu crescimento e presença global."

Prejuízo da MMX

A MMX Mineração e Metálicos encerrou o primeiro semestre com prejuízo de R\$ 6,587 milhões, um aumento de mais de seis vezes ante o prejuízo de R\$ 1,051 milhão nos seis primeiros meses do ano passado. As receitas operacionais entre janeiro e junho deste ano foram de R\$ 227 mil, contra despesas de R\$ 9,071 milhões em igual período do ano passado. O prejuízo ficou por conta das despesas financeiras, que se encontra em recuperação judicial, que atingiram R\$ 32,995 milhões, superando as receitas financeiras, de R\$ 24,529 milhões. No primeiro semestre de 2016, as receitas financeiras haviam sido de R\$ 46,457 milhões, enquanto as despesas foram de R\$ 36,068 milhões.

Minério cai 0,64%

Os preços do minério de ferro apresentaram ligeira queda ontem, voltando a ficar abaixo de US\$ 75 por tonelada. O minério com teor de 62% de ferro fechou o dia a US\$ 74,71 por tonelada no porto chinês de Qingdao, queda de 0,64%, segundo dados da publicação "Metal Bulletin". No mês de agosto, a valorização é de 1,37%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale poderá migrar ainda este ano para o Novo Mercado da B3

Existe a possibilidade de a Vale migrar para o Novo Mercado da B3 ainda em 2017, antecipando um processo que poderia levar até três anos para ocorrer, sinalizou ontem o presidente da empresa, Fabio Schvartsman. Essa antecipação se justifica, segundo o executivo, porque surgiu um fato novo representado pela adesão "maiúscula" de investidores ao processo de reestruturação societária da Vale. No total, 84,4% das ações preferenciais (PNA) da Vale aceitaram converter esses papéis por ações ordinárias (ON) da companhia. Depois de garantir essa adesão, a Vale vai trabalhar para acelerar a migração para o Novo Mercado, o que, pelo plano original, só ocorreria em 2020.

"Não temos data [para migrar para o Novo Mercado], mas faremos tudo para que ocorra rapidamente, o que significa que é possível, não certo, mas possível que ocorra ainda dentro deste ano", disse ontem Schvartsman, em teleconferência com jornalistas para comentar o resultado da conversão de ações PNA em ON.

A expectativa do mercado é o que vai acontecer com a sobra de 15,6% das PNs que não aderiram à conversão. Existem três possibilidades: fazer uma nova conversão voluntária, partir para uma conversão mandatória ou simplesmente não fazer nada. A última hipótese parece descartada uma vez que a forte adesão dos preferencialistas indicou que há desejo dos investidores que a empresa vá o mais rapidamente possível para o Novo Mercado da B3, sem ônus para a companhia e por meio de um procedimento que seja "justo" para todos os acionistas, disse Schvartsman. Ele disse não saber qual poderia ser a relação de conversão. Na primeira conversão, a relação foi de 0,9342 ação preferencial por ordinária, desconto de mais de 6%.

Schvartsman repetiu, em três teleconferências ontem, que a Vale teve apoio de 100% dos acionistas que poderiam apoiar a conversão. Os investidores que não converteram foram fundos de índices no exterior que, por questões regulatórias, só poderiam converter 68% das ações preferenciais de Vale e pessoas físicas no Brasil que não foram alcançadas pela campanha informativa da mineradora.

Uma possibilidade é a Vale chamar uma assembleia especial para as ações PNA na qual só votariam os preferencialistas remanescentes. Advogados societários ouvidos pelo **Valor** disseram que se essa assembleia aprovar a operação por maioria a conversão passa a ser mandatória (obrigatória) para quem não comparecer ou votar contra, dando a esses investidores o direito de recesso (venda pelo valor patrimonial da ação).

Schvartsman disse que mesmo nesse cenário não seria necessário usar recursos da companhia porque o preço das ações no mercado é superior ao valor patrimonial do papel. O diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires, descartou que a empresa vá usar recursos próprios para fazer recompra de ações no mercado.

Ainda ontem, no fim do dia, foi aprovada a incorporação da Valepar, a holding controladora da Vale, ao capital da mineradora. Com a conversão, a Valepar passou a deter 44% das ações ON da Vale. Assim, a mineradora deixa de ter controlador definido, mas continua tendo controlador de fato. Em até 65 dias, a Vale fará assembleia para eleger membros independentes para o conselho.

MME / ASCOM .